

Nota Informativa

Edição 58/2024

DESTAQUES

Câmara se antecipa ao governo e lança regulamentação da tributária

Governo quer começar a instalação do Escolas Conectadas em junho

Programa abre inscrições para capacitar startups do DF

PLDO 2025 reforça compromisso do governo com a saúde da política fiscal, apontam secretários da Fazenda

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Operadores regionais dominam o mercado de banda larga em mais de cinco mil cidades brasileiras

Desinformação contaminou regulamentação dos aplicativos, diz Marinho

Governo diz que levará internet fibra ótica para a Colômbia

Moraes autoriza tomada de depoimentos de representantes do X no Brasil

Testes da internet via satélite da Amazon avançam; serviço deverá ser oferecido no Brasil

REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad explica reforma tributária a empresários nos Estados Unidos

Desafio é impedir que exceções avancem na tributária, diz Haddad

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Nova Indústria Brasil depende de governo, empresas e sociedade, dizem debatedores

Brasil deve subir para 8ª posição no ranking das maiores economias do mundo em 2024, prevê FMI

Plínio Valério critica decisão do STF sobre imposto sindical

Carf impede aplicação de duas multas por falta de pagamento de IRPJ e CSLL

União quer recuperar R\$ 12 bi com transações

Alta de ICMS reacende divergências entre varejo nacional e sites estrangeiros

Cenário externo explica maior parte da alta do dólar, defende Haddad

Governo Lula precisa de R\$ 50 bi em receitas extras para cumprir meta de 2025

Ministro da Fazenda apresenta oportunidades de investimento à Câmara de Comércio dos EUA

Comissão mista aprova medida provisória que limita compensações tributárias

Lula pede 'juros baixos' e prazos 'mais adequados' em nova linha de crédito para MEIs

Padilha diz que sessão do Congresso vai focar na discussão orçamentária

ENERGIA E PETRÓLEO

Em meio à transição verde, oferta de energia vira gargalo para inteligência artificial

CMA discutirá metas de recuperação energética no Plano de Resíduos Sólidos

JUDICIÁRIO

STF conclui chamamento público para uso de inteligência artificial

Audiência pública irá discutir regulamentação do uso de ferramentas de monitoramento de aparelhos de comunicação pessoal

ORÇAMENTO

Projeto abre crédito no Orçamento de 2024 para acordo de pesquisa científica

Governo inclui revisão de gastos públicos no projeto da LDO

POLÍTICA

Demissão de primo de Lira faz crescer atrito com o governo

Lira dá início a plano para reagir ao STF e manda recado ao Planalto

Lira avisa líderes partidários que instalará CPIs pedidas pela oposição

Congresso se reúne dia 24 para analisar vetos presidenciais

Governo e parlamento fecham acordo para retirada de urgência do PL dos motoristas Apps

RELAÇÕES EXTERIORES

Desde o encontro entre Biden e Lula, abriu-se debate sobre um possível acordo Norte-Sul, diz Haddad

DESTAQUES

Câmara se antecipa ao governo e lança regulamentação da tributária

Poder Legislativo | 17/04/2024 – 05h58min

Grupo de 24 frentes parlamentares apresentou 13 PLPs (Projetos de Lei Complementar) para regulamentar a reforma tributária. Eis a íntegra dos projetos –o conjunto será apresentado oficialmente na 4ª feira (17.abr). A apresentação será na sessão que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara realiza às 10h com os principais líderes da iniciativa. O presidente do colegiado é o deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE). O evento será seguido de almoço. Bernard Appy, secretário especial da Reforma Tributária, iria inicialmente na reunião da comissão, mas cancelou a presença. A regulamentação da proposta é uma promessa do governo. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) adiou a apresentação das propostas do governo de 2ª feira (15.abr) para a semana do dia 22. O Congresso viu no movimento uma manobra para encurtar o debate pela proximidade das eleições. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo quer começar a instalação do Escolas Conectadas em junho

Poder Executivo | 16/04/2024 – 20h26min

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer começar a instalações do programa Escolas Conectadas em junho deste ano. Para atender a meta do programa –que é de 138 mil escolas com internet de qualidade até o fim de 2026–, o governo precisa instalar internet em 160 escolas públicas por dia. A iniciativa foi lançada em setembro de 2023. O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Hermano Tercius, disse na 3ª feira (16.abr.2024) que 18.000 unidades de ensino já têm a tecnologia, mas 112 mil têm conexões consideradas inadequadas por falta de rede ou de velocidade. Depois de 6 meses do lançamento, o governo mantém a meta, disse Tercius ao ser questionado pelo Poder360. O projeto ainda estaria em fase de estruturação e de liberação de verbas. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Programa abre inscrições para capacitar startups do DF

Mercado | 17/04/2024 – 06h

Startups do Distrito Federal podem se inscrever no programa de aceleração Voa DF Powered by InovAtiva. A capacitação é gratuita. As inscrições ficarão abertas até 15 de maio. Serão selecionados até 25 projetos considerados inovadores dentro do ecossistema do Distrito Federal. A participação é aberta a soluções de todas as áreas de atuação que estejam nas fases de criação, ideação ou validação. As startups selecionadas participarão de ciclo de atendimento de aproximadamente 14 semanas. Nesse processo, os projetos terão acesso a serviços de capacitação e treinamento em empreendedorismo e inovação, mentorias especializadas com profissionais experientes e ferramentas de apoio para converter suas ideias inovadoras em soluções com viabilidade junto ao mercado. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PLDO 2025 reforça compromisso do governo com a saúde da política fiscal, apontam secretários da Fazenda

Poder Executivo | 16/04/2024 – 14h58min

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025 foi encaminhado pelo Governo Federal na segunda-feira (15/4) ao Congresso Nacional. Entre outros parâmetros, o texto estabelece equilíbrio no resultado primário do próximo ano (déficit zero); salário mínimo de R\$ 1.502,00 e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,80%. Os índices de inflação projetados para 2025 são de 3,10% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); 3% para o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC); e de 4% para o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI). O material prevê melhoras sucessivas do resultado primário ao longo dos anos seguintes, com superávits de 0,25% do PIB em 2026 (R\$ 33,1 bilhões); 0,50% em 2027 (R\$ 70,7 bilhões); e 1% em 2028 (R\$ 150,7 bilhões). Os percentuais podem variar 0,25 ponto porcentual para cima ou para baixo, conforme estabelecido pelo Novo Arcabouço Fiscal (Regime Fiscal Sustentável — Lei Complementar nº 200/2023). Em entrevista coletiva na qual foram apresentados os detalhes do texto, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou que o novo PLDO reforça o comprometimento do governo com a saúde da política fiscal do País. Ele ressaltou que as perspectivas fiscais apresentadas são críveis e equilibradas, com foco na estabilização e posterior redução da trajetória da relação entre dívida pública e PIB. Ceron ressaltou que a relação dívida/PIB é de 77,9% para o ano que vem, chegando a 79,1% em 2026 e atingindo o ponto mais elevado em 2027 — de 79,7% — para depois cursar trajetória descendente. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Operadores regionais dominam o mercado de banda larga em mais de cinco mil cidades brasileiras

Mercado | 17/04/2024 – 16h16min

Os operadores regionais de banda larga fixa são responsáveis já por 54% do mercado de banda larga fixa, mas uma característica importante desse desempenho, demonstrada por estudo da consultoria Teleco, é que essas empresas dominam o mercado de banda larga fixa em mais de cinco mil municípios brasileiros. Em estudo promovido pela consultoria, em exatas 5.047 cidades brasileiras as operadoras que possuem mais de 50% do mercado local são empresas enquadradas pela Anatel como PPPs (prestadoras de pequeno porte), e, por isso, têm menos intervenção regulatória e ganham vantagens fiscais em relação às operadoras de grande porte. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desinformação contaminou regulamentação dos aplicativos, diz Marinho

Poder Executivo | 17/04/2024 – 13h50min

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, declarou na 4ª feira (17.abr.2024) que o principal desafio do governo para aprovar a regulamentação do trabalho de transporte por aplicativos é o combate à desinformação. “A resistência [dos motoristas] vem da desinformação e da nossa incapacidade de explicar o projeto”, declarou Marinho em sessão realizada pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Marinho afirmou que parte do tempo despendido em reuniões com pequenos grupos de representantes dos motoristas é perdido com explicações sobre noções equivocadas do projeto. O ministro disse que tem sido questionado, por exemplo, sobre taxações à categoria que não são tipificadas no projeto. Marinho explicou que a proposta do governo determina apenas a retenção do salário que contribuirá para a previdência. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo diz que levará internet fibra ótica para a Colômbia

Poder Executivo | 16/04/2024 – 22h17min

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, vai assinar na 4ª feira (17.abr.2024) um acordo com o governo da Colômbia para levar internet de fibra ótica até o município colombiano de Leticia, que fica na fronteira com Brasil e Peru. A assinatura se dará durante a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao país. O ministério planeja estender a infraestrutura brasileira com uma estrada “digital”, chamada de Infovia 02, de 1.100 km. O mecanismo irá ligar 13 municípios da região norte do Brasil, incluindo Tabatinga, no Amazonas, que faz fronteira com a Colômbia. O acordo é discutido desde 2023, e terá o investimento de R\$ 268 milhões, segundo o Ministério das Comunicações. O governo espera concluir a obra até 2025, no entanto, ainda é necessário obter um licenciamento ambiental para realizá-la. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Moraes autoriza tomada de depoimentos de representantes do X no Brasil

Poder Judiciário | 16/04/2024 – 19h14min

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a tomada de depoimentos de representantes da rede social X (antes Twitter) no Brasil. A decisão foi uma resposta a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). O despacho foi publicado no âmbito do inquérito aberto por Moraes para investigar Elon Musk, dono do X, após o empresário afirmar, em postagens na rede social, que descumpriria decisões do ministro para bloquear ou suspender contas acusadas de espalhar desinformação. Musk classificou a conduta do magistrado de "censura". Daniel Goldberg: "as leis melhoraram muito e os juízes pioraram bastante". Em resposta às declarações do empresário, Moraes determinou a abertura de um inquérito para investigar Musk em relação aos crimes de obstrução à Justiça, inclusive em organização criminosa, e incitação ao crime. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Testes da internet via satélite da Amazon avançam; serviço deverá ser oferecido no Brasil

Mercado | 16/04/2024 – 16h29min

Com a missão ambiciosa de "conectar o mundo", a Amazon anunciou avanços no Projeto Kuiper, que deverá aumentar o acesso à banda larga por meio do posicionamento de satélites em órbita terrestre baixa. Lançado pela empresa em 2018, o projeto segue em fase de testes. Recentemente, dois protótipos de satélites com a tecnologia OISLs, que utiliza lasers para ampliar a velocidade das transmissões, foram enviados para a órbita baixa da Terra. De acordo com os primeiros testes, os equipamentos conseguiram atingir uma velocidade de até 100 gigabits por segundo, demonstrando a capacidade de manutenção das ligações cruzadas entre os satélites. Fonte: Folha de Pernambuco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad explica reforma tributária a empresários nos Estados Unidos

Poder Executivo | 17/04/2024 – 07h02min

No primeiro dia de viagem aos Estados Unidos (EUA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou oportunidades de investimento a empresários norte-americanos e debateu iniciativas para ampliar o financiamento à transição ecológica. Ao longo da semana, o ministro participa, em Washington, de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana. No primeiro evento da terça-feira (16), Haddad explicou, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, os efeitos da reforma tributária aprovada no ano passado sobre a oportunidade para investimentos estrangeiros no Brasil. Segundo ele, a reforma resolveu um problema de décadas ao reparar a disfuncionalidade da tributação sobre o consumo no país. Em relação à regulamentação da reforma tributária, cujos projetos deverão ser enviados na próxima semana ao Congresso, o ministro disse que o detalhamento das regras não "estragará" a reforma constitucional. Haddad afirmou que o Brasil terá um sistema tributário de primeiro mundo a partir de 2027. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desafio é impedir que exceções avancem na tributária, diz Haddad

Poder Executivo | 16/04/2024 – 23h09min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 3ª feira (16.abr.2024) que a dificuldade durante a regulamentação da reforma tributária será impedir que muitos setores entrem em um regime de exceções –ou seja, com taxas menores que o padrão. "Nosso grande desafio é impedir que as exceções à alíquota padrão avancem

muito”, declarou Haddad no evento Reforma Tributária, em Washington, nos Estados Unidos. Segundo o titular da Fazenda, as discussões dos congressistas sobre quais setores da economia devem ficar fora do regime são legítimas e fazem parte do que chamou de “jogo democrático”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Nova Indústria Brasil depende de governo, empresas e sociedade, dizem debatedores

Poder Legislativo | 17/04/2024 – 14h23min

Lançado em janeiro de 2024 pelo governo federal, o programa Nova Indústria Brasil (NIB) foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) na quarta-feira (17). Na mesma mesa, governo, representantes da indústria e dos trabalhadores e senadores debateram as propostas existentes, os gargalos que dificultam o desenvolvimento industrial no país e os desafios a serem superados. Pela NIB, resultado do trabalho de consenso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) — que tem entre seus membros representantes ministeriais e da sociedade civil — estão sendo propostos R\$ 300 bilhões para financiamentos no Plano mais Produção, que centraliza os recursos em ações até 2026. Presidente da CDH, o senador Paulo Paim (PT-RS) enfatizou que é fundamental o papel da industrialização no desenvolvimento, ao colaborar no avanço econômico e social, e ao gerar empregos em diversos setores, desde a produção até a administração e distribuição de renda. A indústria, salientou, “contribui para a redução do desemprego e elevação do padrão de vida da população”. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil deve subir para 8ª posição no ranking das maiores economias do mundo em 2024, prevê FMI

Mercado | 17/04/2024 – 13h19min

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para cima o PIB do Brasil para o ano de 2024. A atualização do relatório World Economic Outlook indica crescimento de 2,2% em 2024, ante o 1,7% calculado anteriormente. Caso sejam confirmadas as estimativas do FMI, o país deve subir uma posição no ranking das maiores economias do mundo (veja abaixo), saltando de 9º para 8º lugar. O relatório classifica o crescimento de 2,2% como moderado e afirma que ele se dá com base na consolidação fiscal e reflete as atuais políticas econômicas em vigor. “Os pressupostos da política monetária são consistentes, tendo como meta a convergência da inflação dentro da faixa de tolerância até o final de 2024”, diz o trecho do documento. Para o ano de 2025, a projeção de crescimento da economia brasileira é de 2,1%. O Brasil voltou a figurar entre as 10 maiores economias do mundo no ano passado, alcançando a 9ª posição com a alta de 2,9% no PIB em 2023. Pelos cálculos do FMI, a soma do PIB brasileiro deve ser de US\$ 2,331 trilhões, pouco acima da 9ª colocada, a Itália, com projeção de US\$ 2,328 trilhões. O FMI indica que o Brasil continuará em 8º lugar até 2029, último ano para o qual faz projeções. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Plínio Valério critica decisão do STF sobre imposto sindical

Poder Legislativo | 17/04/2024 – 10h29min

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) criticou, em pronunciamento na terça-feira (16), decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que tornou constitucional a cobrança de contribuição assistencial sindical. A medida admite o retorno do chamado imposto sindical, que havia sido extinto na reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017). O parlamentar condenou mudanças de posicionamento do STF sobre o assunto, argumentando que as modificações causam insegurança jurídica para empresas e trabalhadores.— Em 2017, o Supremo disse que era inconstitucional. Agora, por interesse, por estar em conluio com o governo federal, diz que é constitucional. O desafio, agora, é que não houve o que a gente

chama de "modulação". O Supremo não modulou acerca de prazos, valores e a forma como o empregado pode optar por essa cobrança. Foi, portanto, criado pelo próprio Supremo este cenário que traz insegurança jurídica e a possibilidade de entendimentos conflitantes pelos juízes trabalhistas. Na verdade, os sindicatos poderão proceder à cobrança e, como não há essa modulação do Supremo que defina o prazo, o valor e a forma como o empregado pode se opor às negociações ficarão a cargo dos sindicatos.

Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Carf impede aplicação de duas multas por falta de pagamento de IRPJ e CSLL

Poder Executivo | 17/04/2024 – 05h02min

A 1ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) alterou novamente seu entendimento e manteve, em recente decisão, apenas uma das duas multas normalmente aplicadas pela Receita Federal contra empresas por falta de pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. A decisão, por maioria de votos, trouxe esperança de que a última instância do órgão volte a adotar - e consolide - posicionamento favorável aos contribuintes. A Receita Federal aplica a dupla penalidade com base na Lei nº 11.488, de 2007. A norma permite a cobrança da multa isolada sobre estimativas mensais não recolhidas e da multa de ofício por falta de pagamento do IRPJ e da CSLL apurados no ajuste anual. Há, porém, uma súmula do Carf, de nº 105, posterior à lei, que estabelece que, nessa situação, vale apenas a multa de ofício. Os contribuintes alegam que não se pode aplicar duas penalidades para o mesmo fato gerador. Apesar da empresa recolher os impostos por estimativa, argumentam, o fato gerador do IRPJ e da CSLL é o dia 31 de dezembro de cada ano. Para eles, se a Receita aplica a pena maior para a infração maior, essa é que deve prevalecer - a multa de ofício, de 75%. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

União quer recuperar R\$ 12 bi com transações

Poder Legislativo | 17/04/2024 – 05h02min

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pretende lançar ainda neste primeiro semestre quatro editais de transação tributária de temas em discussão nas esferas administrativa e judicial. A estimativa é de recuperar neste ano, por meio de acordos envolvendo teses tributárias com o órgão e a Receita Federal, pelo menos R\$ 12 bilhões. Os editais de transação previstos tratam da tese de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, da tributação de subvenções, cobranças de PIS e Cofins (referentes ao conceito de insumo para aproveitamento de crédito fiscal e de inclusão do ISS e do PIS e da Cofins na sua própria base) e de desmutualização da bolsa de valores. Não há estimativa geral de quanto poderia ser recuperado só com esses editais. O edital de transação da tese sobre afretamento pode ser publicado em breve, ainda nesta semana ou na próxima. A informação foi dada pela procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, durante apresentação do relatório "PGFN em Números". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Alta de ICMS reacende divergências entre varejo nacional e sites estrangeiros

Mercado | 17/04/2024 – 05h01min

A proposta de aumento da alíquota do ICMS, de 17% para 25%, no envio de produtos importados de até US\$ 50 ao país, colocou as plataformas estrangeiras e as redes e indústrias nacionais em posições opostas. A alta deve encarecer as compras internacionais dos brasileiros - nesta importação, é o cliente final que paga este imposto. No ano passado, o debate em torno de uma nova política de itens vindos do exterior de até US\$ 50 trouxe desgastes na imagem do governo, e colocou as companhias locais e grupos internacionais, principalmente asiáticos, em campos contrários. A questão se arrasta na Justiça, mas, neste momento, a regra válida é a cobrança de 17% de ICMS e isenção de imposto de importação (de 60%) para lojistas estrangeiros que seguem um programa de conformidade do governo. Foi nesse ambiente que o tema da elevação do ICMS ganhou força, principalmente após fevereiro. Nos bastidores, representantes dos

setores têm se movimentado em debates junto aos Estados, e cresce nos governos a linha favorável à elevação, para 25%, defendida também pelas empresas locais, apurou o Valor. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cenário externo explica maior parte da alta do dólar, defende Haddad

Poder Executivo | 17/04/2024 – 05h

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na terça-feira em Washington que notícias externas ao Brasil explicam “dois terços” do que está ocorrendo no cenário interno. A alta da moeda americana nos últimos dois dias coincide com a nova meta fiscal do governo, que agora prevê resultado zero em 2025, ante previsão de superávit de 0,5% do PIB. Em um dia ruim para as moedas emergentes no mundo, o dólar subiu na terça-feira (16) 1,64%, cotado a R\$ 5,2697, no maior nível de fechamento desde 23 de março de 2023. Na máxima do dia, a moeda americana chegou a R\$ 5,2873. De acordo com Haddad, entre os fatores que afetam a cotação do dólar, estão dados que indicam atividade econômica aquecida nos EUA, dados de inflação americana “que ainda não foi totalmente digerida” e a escalada do conflito no Oriente Médio, após o ataque de Irã a Israel, com impacto na cotação do barril de petróleo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula precisa de R\$ 50 bi em receitas extras para cumprir meta de 2025

Poder Executivo | 16/04/2024 – 23h

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai precisar de cerca de R\$ 50 bilhões em receitas extras para cumprir a nova meta fiscal zero para as contas públicas de 2025. Mesmo com o afrouxamento em relação ao alvo anterior, um superávit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá de buscar arrecadação adicional para conseguir entregar o resultado no centro da meta. As medidas terão de ser aprovadas até o final deste ano para ajudar a ampliar as receitas no próximo ano, segundo integrantes da equipe econômica ouvidos pela Folha. Os detalhes ainda serão anunciados, mas são ações para recompor a arrecadação fechando brechas na legislação tributária, na linha do que já foi feito em 2023. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministro da Fazenda apresenta oportunidades de investimento à Câmara de Comércio dos EUA

Poder Executivo | 16/04/2024 – 20h25min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou a Reforma Tributária recentemente aprovada no Brasil à Câmara de Comércio dos EUA, em Washington (DC). Haddad chegou na terça-feira (16/4) na capital dos Estados Unidos para conduzir a reunião da Trilha de Finanças do G20, que ocorre durante o Encontro do FMI e do Banco Mundial. Haddad explicou aos presentes no evento “Investindo na América-Latina e no Brasil” como a Reforma Tributária deve facilitar o desenvolvimento de negócios e atrair investimentos. “É uma reforma aguardada há quarenta anos. A situação havia se tornado insustentável. Nós dedicamos um tempo expressivo para fazer essa reforma. É uma mudança muito grande que vai ocorrer no Brasil”, iniciou. O ministro também abordou a regulamentação da reforma, que será ainda apreciada pelo Congresso Nacional. “A regulamentação não vai estragar a Emenda Constitucional, mas a regulação pode ser pior ou melhor. Nosso grande desafio é impedir que as exceções à alíquota padrão avancem muito”, explicou. “Independentemente da decisão do Congresso, teremos um sistema tributário de primeiro mundo a partir de 2027 e será uma verdadeira revolução”. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão mista aprova medida provisória que limita compensações tributárias

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 19h20min

Senadores e deputados aprovaram na terça-feira (16), em comissão mista, a

Medida Provisória 1202/23, que limita a compensação tributária para créditos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado. A proposta segue para a votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovada, ainda precisará passar pelo Senado. O prazo para a votação vai até 31 de maio. A MP, editada em dezembro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tratava do fim da desoneração da folha para 17 setores da economia e para prefeituras. Esses e outros itens acabaram sendo excluídos do texto e estão sendo tratados em projetos de lei. A parte restante da MP, que permanecia em discussão, tratava de dois pontos: a limitação da compensação de créditos tributários e do fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado para amenizar a crise deixada pela pandemia. Após um acordo entre governo e oposição, o relator retirou do texto a parte sobre o Perse. O tema já está em um novo projeto de lei em análise na Câmara dos Deputados, em regime de urgência. Além de restringir o programa de 44 para 12 atividades econômicas, o PL 1026/24 também estabelece reoneração gradativa dos tributos até zerar os benefícios em 2027 para todos os setores. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula pede 'juros baixos' e prazos 'mais adequados' em nova linha de crédito para MEIs

Poder Executivo | 16/04/2024 – 17h09min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu em reunião, na terça-feira, que o governo tem que garantir "juros mais baixos" e "prazos mais adequados", do que os praticados atualmente, na linha de crédito que deve ser lançada nos próximos dias para microempreendedores. A informação foi confirmada ao Valor por auxiliares envolvidos no tema. A reunião aconteceu no Palácio do Planalto, e envolveu tanto o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, como os titulares da Casa Civil, Rui Costa, e da secretaria-executiva da Fazenda, Dario Durigan. O encontro serviu para que auxiliares de Wellington Dias fizessem uma apresentação ao presidente sobre as mudanças que foram feitas para "reconstruir" o chamado Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O assunto é importante porque o cadastro deve servir de base para que o governo possa ofertar uma linha de crédito para microempreendedores individuais (MEIs). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Padilha diz que sessão do Congresso vai focar na discussão orçamentária

Poder Executivo | 16/04/2024 – 15h40min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que a próxima sessão do Congresso, marcada para o dia 24, vai "focar na discussão do orçamento". Deputados e senadores devem analisar vetos presidenciais à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA). A expectativa é de que os parlamentares derrubem ao menos parcialmente o veto do presidente Lula a R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão. "É muito importante essa discussão no momento, porque mais uma vez o governo Lula vai mostrando o seu compromisso com a responsabilidade fiscal do País para manter a nossa trajetória de redução do déficit e a consolidação da saúde das contas públicas", disse Padilha. O ministro gravou um vídeo ao lado do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, na terça (16), para falar sobre a nova data da sessão para análise dos vetos. Inicialmente, a deliberação deveria ocorrer na semana, mas foi adiada a pedido de Randolfe. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ENERGIA E PETRÓLEO

Em meio à transição verde, oferta de energia vira gargalo para inteligência artificial

Mercado | 17/04/2024 – 10h36min

A oferta de energia está se tornando o mais recente ponto de gargalo a ameaçar o crescimento da inteligência artificial, de acordo com as principais lideranças do setor, à medida que os datacenters adicionam mais demanda energética ao redor do mundo. O

bilionário Elon Musk disse no mês que, enquanto o desenvolvimento da IA havia sido "limitado por chips" no ano passado, o mais recente gargalo para a tecnologia de ponta era o fornecimento de eletricidade. Os comentários vieram logo depois de um aviso do CEO da Amazon, Andy Jassy, de que "não há energia suficiente no momento" para executar novos serviços de IA generativa. Amazon, Microsoft e a controladora do Google, Alphabet, estão investindo bilhões de dólares em infraestrutura de computação, buscando expandir suas capacidades de IA, incluindo centros de dados que geralmente levam vários anos para serem planejados e construídos. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CMA discutirá metas de recuperação energética no Plano de Resíduos Sólidos

Mercado | 16/04/2024 – 19h14min

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) discutirá em audiência pública propostas que viabilizem o cumprimento das metas da recuperação energética de resíduos sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares). O requerimento foi apresentado pelo senador Jorge Seif (PL-SC), lido pelo senador Jaime Bagattoli (PL-RO) e aprovado pelo colegiado na quarta-feira (17). A data do debate será agendada. Na justificção do requerimento (REQ 15/2024 — CMA), Seif cita relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climática (IPCC) que destaca a eficácia das usinas de recuperação energética na mitigação dos gases de efeito estufa. Ele acrescenta que há no mundo cerca de 3 mil usinas do gênero, mas nenhuma em operação no Brasil. "Além de caracterizarem uma destinação sustentável, de baixo carbono e alinhada com os princípios da economia circular, contribuem para a geração de vapor, energia elétrica limpa, renovável e firme, atribuindo maior confiabilidade e estabilidade ao sistema elétrico", sublinha o senador. Atualmente, o Brasil tem a maior parte de seus resíduos sólidos urbanos em aterros ou lixões. Seif lembrou que a disposição inadequada provoca o risco de contaminação dos recursos hídricos, reduzindo a água potável disponível e ocasionando danos à saúde humana, facilmente evitáveis ao se usar processos tecnológicos disponíveis. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STF conclui chamamento público para uso de inteligência artificial

Poder Judiciário | 17/04/2024 – 09h41min

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na terça-feira (16) o processo de chamamento público para que empresas apresentassem protótipos de soluções de inteligência artificial. Realizado por meio de edital, o chamamento foi iniciado em novembro do ano passado. A iniciativa busca encontrar soluções que permitam o resumo de processos judiciais, com a preservação das principais informações processuais. Ao todo, 22 empresas remeteram os sumários dos projetos para avaliação jurídica do Tribunal. Em vídeo exibido durante a reunião, realizada na sala da Primeira Turma, o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, destacou que uma das prioridades da sua gestão à frente do STF é o uso de inovações tecnológicas que auxiliarão na aceleração da tramitação processual. "Esse chamamento ofereceu valiosas contribuições para nós, agradeço a todos os envolvidos pelas possibilidades apresentadas para aprimorarmos a prestação jurisdicional no país", declarou. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Audiência pública irá discutir regulamentação do uso de ferramentas de monitoramento de aparelhos de comunicação pessoal

Poder Judiciário | 16/04/2024 – 17h51min

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou audiência pública para discutir a regulamentação do uso de ferramentas de monitoramento secreto (softwares espiões) de aparelhos de comunicação pessoal, como celulares e tablets, por órgãos e agentes públicos. O evento vai acontecer na modalidade híbrida nos

dias 10 e 11 de junho, a partir das 10h, na Sala da 1a. Turma do STF. O tema é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 84 que, a pedido da Procuradoria-Geral da República, foi convertida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1143 pelo ministro. De acordo com Zanin, a ADPF é o instrumento processual mais adequado diante da natureza heterogênea do pedido, que envolve, inclusive, a suposta violação sistemática de preceitos fundamentais no uso de tais equipamentos para monitorar magistrados, advogados, jornalistas, políticos e defensores de direitos humanos. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Projeto abre crédito no Orçamento de 2024 para acordo de pesquisa científica

Poder Legislativo | 17/04/2024 – 11h27min

O Congresso Nacional analisa projeto de lei do Poder Executivo (PLN 1/24) que abre crédito especial no Orçamento de 2024 de R\$ 59 milhões para viabilizar acordo com a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN). O acordo foi aprovado pelo Congresso em novembro de 2023. A CERN é um laboratório de pesquisas em física com instalações na Suíça e na França. O acordo permite ao Brasil o acesso a laboratórios de pesquisa de ponta, treinamento de profissionais e inclusão de empresas brasileiras na lista de possíveis fornecedoras da organização. Para o pagamento da contribuição associativa, o governo fez um remanejamento de recursos no Orçamento, retirando verbas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, principalmente da ação “Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência”. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo inclui revisão de gastos públicos no projeto da LDO

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 16h52min

O projeto da LDO de 2025 (PLN 3/24) traz uma inovação do arcabouço fiscal (LC 200/23), que é a inclusão da revisão de gastos no processo orçamentário. O governo teve que estimar gastos que serão revistos no período de 2025 a 2028 e concluiu que isso poderá gerar uma economia de R\$ 37,3 bilhões com benefícios previdenciários e seguro agrícola (Proagro). “A revisão consiste no processo de analisar gastos públicos existentes a fim de identificar oportunidades de melhoria com vistas a abrir espaço orçamentário e financeiro para a manutenção da sustentabilidade fiscal e o financiamento de novas prioridades”, explica o governo na mensagem que enviou ao Congresso junto com o projeto. Nos benefícios previdenciários, o governo afirma que a implantação da perícia eletrônica para concessão do auxílio por incapacidade temporária reduziu a fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de 112 dias em julho para 69 dias em dezembro de 2023. A economia é gerada porque o instituto paga menos encargos pelo atraso na concessão. A estimativa é de um custo individual médio de R\$ 1.929,12 com a perícia eletrônica. Já a perícia normal custaria R\$ 3.705,56. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Demissão de primo de Lira faz crescer atrito com o governo

Poder Legislativo | 17/04/2024 – 05h01min

A demissão de seu primo da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas contrariou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e elevou o número de atritos com o governo Lula (PT). Lira já negociava uma substituição, mas dois pontos causaram incômodo: a forma como a demissão ocorreu, publicada no “Diário Oficial da União” sem uma reunião prévia; e o momento, dias após ele criticar publicamente o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o que causou ruídos no mundo político de que seria uma

retaliação do Executivo. Horas depois, Lira pautou e a Câmara aprovou, por 293 votos a 111, requerimento de urgência para projeto da bancada ruralista que visa a evitar as invasões realizadas pelos movimentos da reforma agrária. O texto impede que os invasores possam receber auxílio do governo ou participar de programas sociais federais (como o próprio programa da reforma agrária). A proposta contou com apoio dos partidos de centro-direita da base aliada do governo, mas o governo, em si, protestou contra a votação. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira dá início a plano para reagir ao STF e manda recado ao Planalto

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 23h

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu início na terça (16) ao plano para reagir ao STF (Supremo Tribunal Federal) diante do aumento do clima de insatisfação com a corte entre parlamentares. Um grupo de trabalho será instalado para tratar da limitação de poderes da corte perante o Legislativo. Em reunião com líderes, o presidente da Casa também colocou na mesa a possibilidade de dar andamento a CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) que já têm assinaturas suficientes para serem instaladas. O gesto foi entendido como um recado ao Palácio do Planalto, já que comissões do tipo sempre causam preocupação ao governo e poderão atrapalhar o andamento de matérias de interesse para o Executivo em plenário. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira avisa líderes partidários que instalará CPIs pedidas pela oposição

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 21h08min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou a líderes partidários que instalará em breve comissões parlamentares de inquérito (CPI) que estão protocoladas na Casa. A criação dessas CPIs é pedida há semanas pela oposição. Segundo três deputados, Lira não definiu ainda quais CPIs serão instaladas e isso deve ser tema de outra reunião posterior. Também não está certo o número de comissões que serão criadas – alguns deputados falaram em quatro e outros em cinco investigações paralelas. Há oito pedidos já protocolados, a maioria da oposição, e que aguardam da decisão do presidente da Câmara sobre se há justa causa e fato determinado para investigação. O governo Lula (PT) tem trabalhado para evitar a criação dessas investigações, por entender que elas desviam o foco da pauta econômica no Legislativo e porque podem trazer prejuízos à imagem do Executivo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso se reúne dia 24 para analisar vetos presidenciais

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 20h13min

O Congresso Nacional volta a se reunir no próximo dia 24, às 19h, com 32 vetos em pauta. De acordo com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP), a rejeição de alguns vetos já está sendo negociada entre representantes do governo e lideranças do Senado e da Câmara dos Deputados. Ele disse, porém, que somente será possível apreciar os vetos com a confirmação da liberação da margem de R\$ 15 bilhões, que virá em uma mudança na Lei do Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 200, de 2023). Essa mudança está inserida em um projeto que trata do seguro obrigatório para veículos terrestres (PLP 233/2023). A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados e enviada para ser votada no Senado. A mudança na lei antecipa do segundo para o primeiro bimestre de 2024 a possibilidade de o Executivo abrir crédito suplementar permitido na lei em razão de crescimento adicional da receita de 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo e parlamento fecham acordo para retirada de urgência do PL dos motoristas Apps

Poder Executivo | 16/04/2024 – 17h25min

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou no dia 9 de abril a decisão de retirar a urgência constitucional do Projeto de Lei Complementar que regulamenta a atividade (PL 12/24). A decisão foi selada após encontro entre o ministro, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Artur Lira (PP-AL), o Líder do Governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Motoristas de Aplicativos, deputado Daniel Agrobom (PL-GO), no gabinete de Lira, no Congresso. O acordo prevê a retirada do regime de urgência constitucional, que se encerraria no dia 20 de abril, e que a proposta será previamente analisada nas comissões de Trabalho, Indústria e Comércio e Constituição e Justiça, com prazo máximo nesses de 20 dias em cada um desses colegiados. A expectativa é que o PL seja avaliado em plenário até o dia 12 de junho. O objetivo é que cada um dos itens do PL seja explicado para todas as bancadas. “É fundamental que os parlamentares possam se apropriar do conteúdo para a realização de bons debates no período”, disse Luiz Marinho. “Uma das condições para a retirada da urgência foi a garantia de que a votação do projeto será feita em breve”, explicou Marinho. Fonte: ASCOM MTE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Desde o encontro entre Biden e Lula, abriu-se debate sobre um possível acordo Norte-Sul, diz Haddad

Poder Executivo | 16/04/2024 – 18h23min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou na tarde da terça-feira (16) sobre a construção de acordos pelo Brasil. Ao comentar sobre os 200 anos das relações entre o país e os Estados Unidos, Haddad disse que desde o encontro entre os presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), abriu-se uma discussão sobre a possibilidade de um acordo Norte-Sul. Haddad está em Washington para as reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial. “Desde o encontro entre Biden e Lula foi aberta uma discussão que está em curso sobre a possibilidade de um acordo Norte/Sul, envolvendo as duas maiores democracias do continente, Estados Unidos e Brasil”, disse Haddad. Na avaliação do ministro da Fazenda, o Brasil é uma economia que não pode simplesmente se acoplar a outra economia. “É uma economia muito grande pra ter um único parceiro comercial”, analisou o ministro. Haddad disse que o país deve ter uma relação por complementaridade com a China, e que o presidente Lula deve insistir em um acordo repaginado com a União Europeia. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)